

O CARÁTER PARTICIPATIVO NA ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICOS MUNICIPAIS DE CULTURA

David Barbalho Pereira¹
Erysson Faustino de Oliveira²
Andreza dos Santos Sousa³
Paola Katherine Fernandes Moura da Silva⁴
Rylanneive Leonardo Pontes Teixeira⁵

RESUMO

A elaboração de um diagnóstico municipal de cultura passa necessariamente pela participação social de um conjunto de múltiplos atores, agentes e instituições que compõem o tecido sociocultural do território. Logo, a interação destes complexos conceitos de participação e de cultura atribui o caráter participativo do instrumento. Assim, esta pesquisa se torna pertinente por objetivar descrever um arcabouço teórico-conceitual baseado na realização do Diagnóstico Municipal de Cultura de Monte Alegre/RN, resultando num aprendizado que possibilita a difusão e a replicação da metodologia participativa dentre os demais municípios brasileiros.

Palavras-chave: Diagnósticos municipais de cultura, Identidade cultural, Participação social.

1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

O caráter participativo no desenho e execução de políticas públicas passa a ser pauta institucionalizada mediante a criação de mecanismos legais que garantam a participação de representantes da sociedade civil no processo de tomada de decisões, alocação de recursos, entre outros. Tal aspecto integra um crescente processo de participação da população nas deliberações, bem como o seu papel decisivo no acompanhamento e fiscalização de políticas e pautas de caráter coletivo.

Assim, objetiva-se aqui tratar do processo participativo inerente a construção de um diagnóstico participativo na área de cultura. Para isso, a constituição desse produto visa em

¹ UFRN - Discente do Curso de Gestão de Políticas Públicas.
E-mail: davidbarbalho@ymail.com.

² UFRN - Discente do Curso de Gestão de Políticas Públicas.
E-mail: erfnt94@gmail.com.

³ UFRN - Discente egresso do Curso de Gestão de Políticas Públicas.
E-mail: andrezassousa@yahoo.com.br.

⁴ UFRN - Discente do Curso de Gestão de Políticas Públicas.
E-mail: paolakatherine10@yahoo.com.br

⁵ UFRN - Discente do Curso de Gestão de Políticas Públicas
E-mail: pontesrylanneive@gmail.com

um primeiro momento, produzir um quadro geral que permita a visualização de uma área temática dentro de um recorte territorial específico, considerando as particularidades no entendimento e prática e patrimônio culturais de um dado recorte. Tal aspecto é tratado como um verdadeiro desafio, considerando a complexidade inerente ao entendimento do conceito de cultura e aos seus traços de diversidade e capilaridade presente nos municípios do Brasil.

Dito isso, o presente trabalho se estrutura em três sessões. A primeira delas abarca brevemente uma primeira noção acerca de patrimônio cultural imaterial, visando subsidiar a compreensão dos aspectos abordados. A sessão seguinte discorre sobre o conceito e elementos inerentes a realização de diagnósticos participativos no âmbito municipal, situando o processo nas etapas componentes do ciclo das políticas públicas.

Já a terceira sessão discorrerá sobre os aspectos metodológicos e participativos utilizados na elaboração de diagnósticos participativos de cultura em municípios, resultantes da observação empírica de um estudo dessa natureza realizado no município de Monte Alegre/RN, elencando elementos aqui entendidos como primordiais para a difusão e replicação dessas práticas em outras cidades.

Este artigo emerge do debate contínuo acerca da institucionalização da política cultural brasileira, sobretudo com a implementação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), que delega às municipalidades o papel estratégico de pensar uma política cultural em torno de seu território e de suas relações com as manifestações e produções culturais, considerando a participação social como base de todo o processo e evidenciando o diagnóstico como primeiro instrumento de atuação entre o Poder Público e a sociedade. Nesse sentido, o retrato da cultura torna-se essencial para o levantamento, a caracterização, o inventário e posterior organização e sistematização da produção cultural para a consolidação da identidade local.

2 O PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa desenvolvida é permeada fundamentalmente por uma abordagem qualitativa, observacional e descritiva, ao passo em que maneja dados de cunho qualitativo a partir de um etapas de visitação ao locus de estudo, aplicação de entrevistas . Adota-se nesta pesquisa o método observacional como método científico. Para Gil (1994, p. 38),

O método observacional é um dos mais utilizados nas ciências sociais e apresenta alguns aspectos curiosos. Por um lado, pode ser considerado como mais primitivo, e conseqüentemente o mais impreciso. Mas, por outro lado, pode ser tido como um dos mais modernos, visto ser o que possibilita o mais elevado grau de precisão nas ciências sociais.

A palavra metodologia tem sua origem no grego *methodos* (meta=caminho + hodós = caminho), que significa “caminho para se chegar a um fim”. Para Gil (2006, p. 26), o método científico é conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento.

Entretanto, esta pesquisa também adota características de estudo descritivo. Para Cervo e Bervian (1996, p. 49),

[...] estudos descritivos consistem em observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. [...] Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas.

Todo o trabalho foi desenvolvido objetivando descrever a prática de elaboração do diagnóstico participativo de cultura e assim, conhecer as diversas situações vividas pelos indivíduos envolvidos no processo. O trabalho foi iniciado com seleção da temática “cultura”, e posterior seleção do município Monte Alegre, integrante da Região Metropolitana de Natal (RMN). Foram realizadas visitas à cidade com o objetivo de identificar a pertinência da pesquisa, bem como a existência de atores sociais atuantes e/ou de seus respectivos grupos. A seleção pelo município teve como critério a identificação prévia de intensa atividade e produção cultural do município, principalmente no período dos festejos juninos, quando sedia um dos eventos temáticos mais significativos do estado do Rio Grande do Norte.

O desenvolvimento da presente pesquisa ocorreu a partir da transcrição das observações realizadas durante o processo de elaboração do diagnóstico. O tratamento dos dados consiste em uma análise do processo de elaboração do diagnóstico participativo de cultura e do I Fórum de Cultura do Município de Monte Alegre/RN, que culminou na entrega dos resultados do diagnóstico a população, aos demais atores sociais, organizações sociais e a seus governantes. Entende-se que os resultados dessas análises constituem práticas que poderão ser difundidas e replicadas no contexto de implantação e execução de políticas públicas na área de cultura.

3 CULTURA E DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO: CONCEITOS E CONTORNOS

A construção de um trabalho de cunho participativo sobre cultura demanda a adoção de uma série de cuidados na definição dos conceitos e contornos que circunscrevem a temática e delinea as particularidades do processo.

Por abarcar variadas dimensões da vida social, há de se presumir o envolvimento de ampla gama de atores e instituições de diversas naturezas e portes na definição de um conceito plural de cultura. Entretanto, a delimitação de seus contornos demarca o horizonte a ser analisado, devendo obedecer a critérios que procurem direcionar um foco claro e objetivo das nuances incorporadas.

Nesse sentido, é válido tratar das concepções iniciais de cultura no que se refere à identidade e produção cultural, haja vista que as vivências práticas dos municípios abrigam experiências internas e externas ao seu território por meio de diversas manifestações culturais. O estabelecimento de parâmetros teóricos no trato dos diagnósticos participativos busca orientar inicialmente os objetos de análise a serem identificados e analisados na vivência e observação da realidade local, bem como a escolha de procedimentos metodológicos que sejam capazes de aferir, caracterizar, identificar, inventariar e avaliar os aspectos marcantes da cultura municipal.

3.1 Cultura: uma pluralidade de sentidos

Dada a amplitude e diversidade inerentes ao tratamento conceitual da cultura, entende-se como conveniente nesse trabalho considerar os vieses teóricos de sua materialização física e simbólica voltadas para construção do que constituiria uma identidade cultural local, a partir das particularidades e traços comportamentais, de estilos de vida, modelo de produção coletiva de bens materiais e imateriais, entre outros – que ganham uma noção de pertencimento a um agrupamento e singular – fator que o diferenciaria de demais realidades.

Dessa forma, fica evidenciada a heterogeneidade cultural intra e entre localidades, assim como as relações intersubjetivas entre o local-local e local-regional, destacadas por Santos (2006) por acontecerem de modo que “constroem e refazem valores, através do processo incessante de interação”. Portanto, cada um desses agrupamentos construiria o seu próprio patrimônio cultural, através do convívio e interação cotidiana entre os indivíduos que os compõem. Nesse sentido, se faz conveniente evocar o conceito de patrimônio cultural imaterial, entendido como

[...] práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural (UNESCO, 2003, p. 3).

O conceito de patrimônio cultural imaterial compreenderia os seguintes domínios: tradições e expressões orais; artes do espetáculo; práticas sociais, rituais e festividades;

conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo; técnicas artesanais tradicionais (UNESCO, 2003, p. 4).

Torna-se perceptível a noção de pertencimento inerente ao trato dos elementos que constituem o patrimônio cultural de um dado agrupamento social, bem como a ampla diversidade de objetos e fatores nele inclusos.

De forma complementar, a concepção de cultura trazida por Cananéia (2011, p. 37), certamente auxilia na reflexão acerca da prática e produção de cultura nos agrupamentos. O autor define cultura como “[...] produto do processo produtivo, [...] dupla natureza de bem e consumo, enquanto resultado da ação produtiva eficaz do homem na natureza”. Assim, percebe-se a cultura como um processo de produção contínua de bens culturais, materiais e imateriais a partir da intervenção do(s) indivíduo(s) sobre a natureza. *A priori*, tal processo possui caráter continuado e dinâmico, ao passo que cotidianamente consome-se e produzem-se novos elementos, resultado da interação entre os diversos atores e agrupamentos sociais, a comunidade e natureza, a serem agregados ao patrimônio cultural local.

Uma vez pertencente a produção coletiva de um agrupamento não-específico, entende-se que a construção do patrimônio cultural recebe contribuição dos mais diversos atores e agentes sociais da comunidade, o que dificultaria a delimitação de um público específico diretamente envolvido na sua prática.

Tais pressupostos ilustram brevemente a complexidade e diversidade do manejo conceitual e empírico de cultura, ao passo que, dada a sua amplitude teórica, abarca um grande volume de objetos e aspectos práticos a serem envolvidos em processos sistematizados de apreensão e compilação, como é o caso aqui analisado – a construção de um diagnóstico de caráter participativo.

3.2 Diagnóstico participativo: do conceito à prática

Uma intervenção na lógica de funcionamento da sociedade, bem como o planejamento e desenho de determinada política social, deve se voltar inicialmente ao reconhecimento prévio da realidade sob a qual se insere as alternativas formuladas na consecução de seus objetivos. Esse processo deve atentar aos aspectos históricos, físicos, demográficos, socioeconômicos, político-institucionais e culturais que caracterizam a sociedade e seus atores, agentes e instituições, cuja finalidade reflete a compreensão ampla de uma dada realidade social e o seu território como espaço de produção e reprodução dos conhecimentos acumulados. A leitura prévia dessas condicionantes define o traçado panorâmico do recorte territorial.

O diagnóstico, do latim *diagnostikós*, designa algo como “conhecer através”, ou “conhecer por meio de”, sendo usualmente utilizado no campo da medicina e passando a ser utilizado como etapa de intervenção social, como diagnóstico social (IDÁÑEZ; ANDER-EGG, 2008, p. 10-11.). Dessa forma, é conceituado como

[...] uma unidade de análise e síntese da situação-problema que sirva de referência para a elaboração de um programa de ação. Conseqüentemente, no diagnóstico deve fazer-se uma descrição dos elementos e aspectos integrantes da realidade que é motivo de estudo. Mas, em simultâneo, é necessário estabelecer a interligação e a interdependência dos mesmos, de modo que as partes fiquem estudadas como constituindo um todo estruturado e indissolúvel [...] (IDÁÑEZ; ANDER-EGG, 2008, p. 20).

Os autores destacam ainda que o diagnóstico social deve partir do princípio de que “é necessário conhecer para atuar com eficácia”. (IDÁÑEZ; ANDER-EGG, 2008, p. 16). Reforça-se assim a abrangência que o instrumento deve considerar na caracterização social do recorte adotado. Tal princípio pode ser estendido inclusive quanto aos atores sociais envolvidos na sua elaboração, uma vez que são passíveis de interação, multidisciplinaridade, diálogo e reflexão.

Elencando o papel elementar e simbólico desenvolvido pelos agentes e instituições, é conveniente o uso do termo diagnóstico participativo, que permite-nos compreender e visualizar a participação social como instrumento voltado para uma maior inserção da sociedade no processo de tomada de decisões e nesse caso, com vistas a garantir uma visualização mais fundamentada na realidade local a partir da relação estabelecida entre diversos atores sociais inseridos no território, bem como a sua percepção das nuances e aspectos da área trabalhada. Por intermédio de ações planejadas, procurou-se enxergar o diagnóstico participativo como

[...] um momento em que gestores e população integram os saberes técnicos e os saberes vivenciados cotidianamente no território municipal, refletem sobre suas potencialidades e demandas, estabelecem prioridades e organizam os percursos que devem ser trilhados para alcançar os objetivos. (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2012.).

Acrescenta-se o caráter prévio do instrumento, antecedendo ou acontecendo como componente das etapas iniciais do ciclo das políticas públicas⁶ em virtude da necessidade e

⁶ Aqui, adota-se como conceito de ciclo de políticas públicas o que Secchi (2013, p. 43) caracteriza como “[...] um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes”. Considerando a formação da agenda como uma etapa amplamente difundida na literatura como a que seria a primeira fase do ciclo de políticas públicas, entende-se aqui que a construção do diagnóstico pode influenciar na definição de uma área a ser adotada pelo Poder Público ou, uma vez eleita uma prioridade de trabalho, ser utilizado como ferramenta para uma melhor compreensão da área sobre a qual se pretende trabalhar.

se estabelecer na arena decisória o debate e discussão de ideias até a o ato de tomada de decisão, abarcando a sociedade civil e demais envolvidos. Portanto,

[...] a presença da sociedade civil no ciclo de gestão das políticas públicas coloca em relevo a participação como instrumento necessário de gestão pública que, ao apontar direções e criar consensos e prioridades para ação estatal [...]. (LOPES et al, [20--], p.5)

Na esfera cultural, o diagnóstico participativo deve identificar as fragilidades, os obstáculos e desafios que precisam ser superados, assim como as oportunidades, as vocações e as potencialidades a serem trabalhadas no desenvolvimento da cultura local. Com efeito, é importante destacar a atribuição da sociedade civil durante este processo, uma vez que são protagonistas de suas realidades. Entende-se que as informações contidas nesses espaços e de posse da população possuem grande potencial de fundamentar a definição dos caminhos a serem percorridos no setor, tal como definir as linhas e diretrizes da política municipal da cultura.

O diagnóstico participativo na cultura adquire caráter participativo à medida que busca os diversos atores sociais envolvidos direta e indiretamente na produção de cultura, visando inclusive agregar setores e segmentos tradicionalmente marginalizados, ou seja, inclui nas etapas de discussão e debates as minorias que não são considerados no escopo de atuação estatal, mas que contribuem para formação de um identitário local. Segundo Bordenave (1994, p. 14), a descentralização e a participação popular mostram-se como caminho mais adequado para enfrentar os problemas graves.

Em termos teóricos e práticos, a lógica participativa do processo de construção do diagnóstico, materializada pelos instrumentos metodológicos de coleta e sua análise de dados, são os elementos que atribuem o protagonismo municipal, o diálogo institucional com a sociedade civil e seus representantes, legitimidade política e social, transparência e objetividade.

4 O CASO DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO DE CULTURA NO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE/RN: UMA EXPERIÊNCIA

A vivência prática de ações e atividades alinhada às formas de organização cultural no município de Monte Alegre/RN – cidade com aproximadamente 21.996 habitantes (IBGE, 2014), situada na Região Metropolitana de Natal (RMN), no Estado do Rio Grande do Norte – faz destacar o relevante patrimônio imaterial local e suas contribuições para a cultura norte-rio-grandense, principalmente no que se refere às festividades juninas.

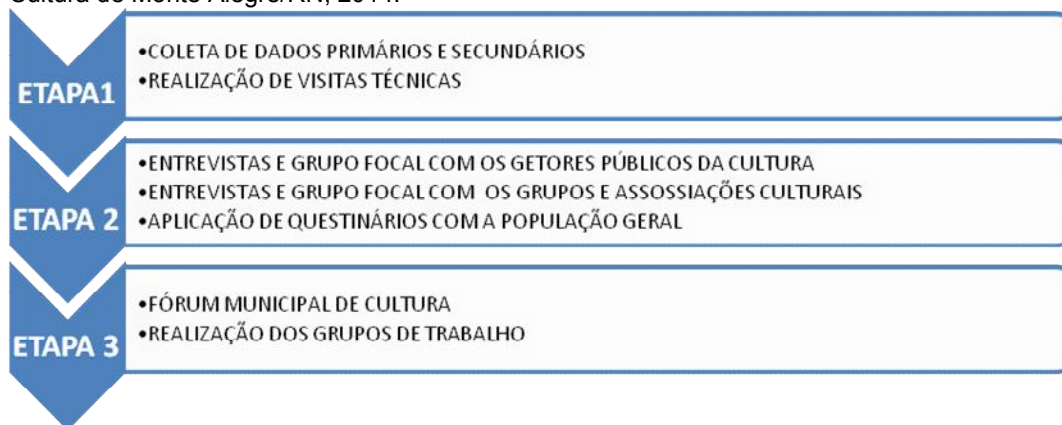
Essas manifestações representam importantes elementos da identidade local, considerando o papel que desempenham cotidianamente no seio social, econômico e político do município, que confere a suma importância que o reconhecimento e valorização dessas expressões para transmissibilidade às gerações futuras.

Nesse contexto, é fundamental identificar, mapear e inventariar os elementos que caracterizam o povo e o território monte-alegrense, retratando a realidade cultural traduzida pelo conjunto de tradições, crenças, manifestações artísticas, símbolos, valores, costumes, saberes e conhecimentos tácitos que envolve uma sociedade e outros aspectos da convivência humana.

Para tanto, o Diagnóstico Municipal de Cultura, idealizado por discentes do Departamento de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), constituiu-se de um processo democrático e participativo, na medida em que procurou abarcar as contribuições dos diversos setores da sociedade em todas as etapas de consulta popular implementadas.

A partir de técnicas de pesquisas participativas cujo objetivo maior era caracterizar e realizar um levantamento minucioso acerca da cultura local, a pesquisa utilizou-se de entrevistas semiestruturadas, questionários, formulários, fórum e grupos de trabalho. Tais ferramentas se mostraram capazes de balizar a compreensão da realidade cultural do município. Abaixo, o Fluxograma 1 apresenta de forma sintética o percurso metodológico adotado:

Fluxograma 1- Fluxograma de técnicas participativas de pesquisa do Diagnóstico Municipal de Cultura de Monte Alegre/RN, 2014.



Fonte: SOUZA et al, 2014.

O referido enfoque metodológico contemplou princípios que atendem tanto a racionalidade técnica, caracterizando uma abordagem objetiva, quanto às demandas sociais, típico de uma abordagem qualitativa, mostrando o esforço empreendido em dialogar com ambas as dimensões e identificar as nuances da cultura na produção do espaço, seus impactos na economia e seus rebatimentos nas condições de vida da população monte-alegrense.

Sob a ótica participativa, a realização das entrevistas, grupos focais e a aplicação dos questionários - que mobilizou boa parte da sociedade civil - foi o principal combustível para o delineamento do diagnóstico e discussão inerente da identidade cultural do município, considerando a inclusão da população na arena de diálogo com os demais atores e instituições envolvidas. O resultado foi o apontamento de valiosas proposições e conteúdos.

Preconizado por uma participação interativa, essa abordagem visou construir de forma harmônica o panorama real da cultura, balizado, sobretudo, por dados e informações mais fidedignas ao cenário que permitiram tornar visível o funcionamento do setor e observar as potencialidades, desafios, oportunidades e gargalos para o desenvolvimento da cultura em âmbito municipal.

Ainda reconhecendo a importância de promover uma interação sinérgica entre os diversos agentes sociais (população, grupos culturais, associações e coletivos, etc.) e instituições (poder público, empresas, universidades, etc.) e visando estabelecer um ambiente de pactuação institucional e política envolvendo governantes, movimentos sociais, comunidade artístico-cultural, técnicos e sociedade civil em geral, foi idealizado o I Fórum Municipal de Cultura, cuja ação prática fora submeter a versão preliminar do diagnóstico

para que os diversos setores da sociedade pudessem se manifestar e opinar sobre os aspectos da cultura local. Para Almeida (1997)

Fórum Municipal de Cultura é um espaço de articulação, intervenção, troca de experiências e debate, visando construir alternativas para o desenvolvimento social e cultural do município através das políticas culturais, com a participação ativa da sociedade civil.

Significativamente, os aspectos históricos, físicos, demográficos, socioeconômicos, político-institucionais e culturais abordados na elaboração do diagnóstico enfocam o desenvolvimento cultural apoiado na multiplicidade de agentes sociais, apontando como princípio a inclusão da “transparência informativa e a participação cidadã na concepção de políticas culturais, nos processos de tomada de decisão e na avaliação de projetos”. (CGLU, 2004, p. 4).

O ambiente plural de ideais, ideologias, diálogo, discussão e debate democrático instituído entre os diversos segmentos sociais participantes possibilitou a transparência e legitimidade do diagnóstico, sendo capaz de produzir bases para a formação de um incipiente capital social. Assim, destaca-se que a mobilização social, a representação direta e indireta dos atores sociais, a capilaridade das metodologias adotadas, a descentralização e o compartilhamento do poder decisório, resultantes da participação, canalizaram os esforços para a construção de um produto coletivo.

Dessa forma, vale salientar que a participação dos diversos atores sociais – poder público, sociedade civil, agentes de cultura, etc. – favoreceu de fato a construção de um retrato mais sistematizado e organizado da produção de cultura local. Observa-se que na apreensão da cultura local, há um grande volume de informações ainda não organizadas e sistematizadas – principalmente quanto às suas particularidades locais. Dessa forma, o diálogo uma abordagem eficaz junto a esses atores consta como imprescindível para uma percepção mais plena dos aspectos a considerar nessa caracterização.

Na medida em que esses atores eram instigados a colaborar com a construção do diagnóstico, tonou-se possível notar a existência de um processo de sensibilização da população quanto a percepção da riqueza e objetos culturais produzidos no município em que reside, bem como a necessidade de construção de uma política cultural municipal mais sólida por parte do Poder Público local. É possível afirmar que o resgate de manifestações e elementos culturais da cidade para sensibilização da sociedade civil quanto a importância de discutir a política de cultura local.

Dado a grande amplitude considerada no manejo do tema cultura, optou-se por trabalhar o diagnóstico quanto a caracterização dos seguintes fatores: equipamentos culturais; agentes culturais; grupos culturais; espaços de formação em cultura; patrimônio histórico; instituições gestoras e eventos permanentes. Buscou-se perceber também

situações em que a produção de patrimônio cultural material se dava enquanto fonte de renda para a população local.

Os primeiros momentos de interação com a população local foi subsidiando e direcionando o grupo para a checagem de outros aspectos, agentes e iniciativas na área cultural. Observa-se que a realidade municipal conta com o que constaria como uma rede informal de agentes culturais, na medida em que há um certo grau de interação entre eles, considerando a inexistência de espaço formal de fortalecimento e convergência de esforços nas suas áreas de produção.

Não obstante, as dificuldades e desafios foram muitos, e, circundaram a ausência de instâncias institucionalizadas de participação social (conselho, fórum permanente, conferência), inexistência de arcabouço jurídico-legal que defina e regule os mecanismos de participação social e baixa articulação e politização dos atores envolvidos. Isso ilustra o quadro vivenciado por grande parcela dos municípios brasileiros para adequação ao SNC e alinhamento às metas e ações do Plano Nacional de Cultura (PNC), que estabelece novas diretrizes e ações de incentivo ao setor e organiza as políticas culturais de forma descentralizada.

Contudo, pode-se apontar como fatores positivos de destaque e condicionantes do processo de construção do diagnóstico participativo: o alcance social abarcado pelo estudo, o arranjo político-institucional abordado, a multidisciplinaridade da equipe de elaboração, a flexibilidade das ferramentas operativas, a múltipla dinâmica das forças e poderes políticos participantes e o amplo conjunto de canais de comunicação utilizados para difusão das informações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a cultura e a participação social como direitos constitucionais assegurados pela Constituição Federal de 1988, e tendo a realização do Diagnóstico Municipal de Cultura de Monte Alegre/RN (2014) como pano de fundo empírico para materialização e efetivação desses direitos, pode-se aferir como contribuições do diagnóstico participativo um conjunto de reflexões relativas ao desenvolvimento do processo.

Nesse sentido, é certo que a utilização de metodologias participativas no diagnóstico da cultura inverte a lógica até então presente no planejamento público, em especial no setor cultural, pois a adoção dessas técnicas na arena de decisões resulta numa sistemática horizontal de definição das manifestações, expressões, ações e atividades que conferem identidade cultural a localidade.

A participação da população e dos demais atores sociais nesse processo de elaboração de diagnósticos situa-se como enorme ganho de aprendizagem mútua e qualificação de sua atuação política e social, articulada e organizada em forma de rede e aproxima o panorama traçado com a realidade projetada naquele território.

A lógica participativa do processo de construção dos diagnósticos exponencia o protagonismo municipal, o diálogo institucional do poder público com a sociedade civil e seus representantes, legitimidade política e social, transparência e objetividade e estabelece mecanismos de diálogo possibilitando a instituição de espaços participativos (conselho, fórum e conferência).

Com a identificação das tradições, crenças, manifestações artísticas, símbolos, valores, costumes, saberes e conhecimentos tácitos que envolvem uma sociedade, o diagnóstico atenta as sociedades civis e agentes culturais para a manutenção e preservação do patrimônio imaterial local, assim como para a valorização da diversidade cultural favorecendo a politização do setor cultural.

Ainda, é levantada como elemento resultante do diagnóstico a sensibilização do poder público local para considerar a cultura como vetor canalizador de soluções, caminhos e alternativas para o desenvolvimento humano, social, econômico e ambiental do município.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco Antônio de. Fórum municipal de cultura. Dicas Pólis – **Ildesfes**: Idéias para a ação municipal. GS n. 83. 1997. Disponível em: <www.polis.org.br/uploads/425/425.pdf>. Acesso em 14 maio. 2014.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CANANÉIA, Fernando Abath. O mar e a jangada: política cultural e extensão universitária. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS (CNM). **Relatório executivo de construção coletiva do Diagnóstico Municipal Participativo para o Desenvolvimento Humano Local**. Brasília: CNM/Pnud, 2012. Disponível em: <<http://www.cnm.org.br/biblioteca/download/587>>. Acesso: 07 ago. 2014.

CGLU – Cidades e Governos Locais Unidos. **Agenda 21 da Cultura**. CGLU – Comissão de Cultura, Barcelona: 2004. Disponível em . Acesso em: 22 jul. 2014.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS (CNM). **Relatório executivo de construção coletiva do Diagnóstico Municipal Participativo para o Desenvolvimento Humano Local**. Brasília: CNM/Pnud, 2012. Disponível em: <<http://www.cnm.org.br/biblioteca/download/587>>. Acesso: 07 ago. 2014.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1994.

IDÁÑEZ, María José Aguilar; ANDER-EGG, Ezequiel. **Diagnóstico social: Conceitos e metodologias**. 3.ed. Buenos Aires: Grupo Editorial Lumen, 2008. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/155578883/Diagnostico-Social>>. Acesso em 24 abr. 2015.

LOPES, L. V. C. F. ; SOUZA, S. C.; SANT'ANA, D.; HERNANDEZ, M. V.; ARAÚJO JÚNIOR, E. A.; SOUZA, A. G.; MACEDO, A. T. **Fomento e Colaboração: uma nova proposta de parceria entre Estado e Organizações da Sociedade Civil**. [20--]. Disponível em: <<http://www.secretariageral.gov.br/atuacao/mrosc/artigos/artigo-sgpr>>. Acesso em 24 abr. 2015.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** . 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. p. 212-222.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SOUZA, A. dos S.; PEREIRA, D. B.; OLIVEIRA, E. F. de; COSTA, M. V. de M.; SILVA, P. K. F. M. da; TEIXEIRA, R. L. P. **Diagnóstico participativo de cultura**: Monte Alegre/RN. 2014. Trabalho apresentado como requisito parcial para aprovação na Disciplina Ateliê de Políticas Públicas IV, Departamento de Políticas Públicas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. 2003. Disponível em: <<http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>>. Acesso em 24 abr. 2015.